

*Handwritten signature*

# PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023

## Prestação de Contas Consolidadas 2023



### Índice

<b>1. Introdução</b> .....	4
<b>2. Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação</b> .....	4
<b>3. Recursos Humanos</b> .....	5
<b>4. Principais Atividades Desenvolvidas</b> .....	5
<input type="checkbox"/> <b>Penaparque2, E.M.</b> .....	6
<input type="checkbox"/> <b>Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.</b> .....	7
<b>5. Análise económico-financeira</b> .....	10
<b>Balanço</b> .....	10
<b>Demonstração de resultados</b> .....	12
<b>6. Demonstrações Orçamentais Consolidadas</b> .....	12
<b>7. Demonstrações financeiras consolidadas</b> .....	15
<b>Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas</b> .....	20

## Prestação de Contas Consolidadas 2023



Quadro 1 - Entidades do grupo autárquico .....	5
Quadro 2 - Trabalhadores do grupo autárquico .....	5
Quadro 3 - Evolução do ativo.....	10
Quadro 4 - Evolução do passivo .....	11
Quadro 5 - Evolução do Património Líquido .....	11
Quadro 6 - Evolução de gastos.....	12
Quadro 7 - Evolução dos rendimentos.....	12



## 1. Introdução

O Município de Penacova apresenta demonstrações consolidadas, decorrendo da obrigatoriedade preconizada no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que – sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei – os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Para esta obrigação, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por cada uma destas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Surge então a necessidade de se proceder a consolidação de contas, sendo o método integral o utilizado pelo Município de Penacova nas entidades em que detém percentagem de controlo superior a 50% e o método de equivalência patrimonial para as entidades em que detém uma percentagem de controlo inferior a 20%. O método integral consiste na integração no balanço e demonstração dos resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Subsequentemente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma a duplicação de valores.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Penacova foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP27, uma vez que, apesar de todas as entidades do grupo terem implementado a contabilidade de gestão, não cumprem a referida norma em toda a sua extensão.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

## 2. Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O Município de Penacova detém participações em diversas empresas, municipais e intermunicipais que integram o Setor Empresarial Local (SEL), bem como outras empresas e outras entidades locais e associações. Apresentam-se no quadro 1 as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado. No atual âmbito da Lei das Finanças Locais (artigo 75.º da Lei n.º 51/2018), estabelece-se que “o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

Quadro 1 - Entidades do grupo autárquico

Entidade	Tipo	NIPC	Capital Social	Participação	%	Incluída	Método
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, SA	SA	503004405	30 875,00	30 875,00	0,36%	não	
Hotel de Penacova, SA	SA	504902903	187 500,00	20 078,64	15,00%	não	
Município, SA	SA	504475606	4 918,95	4 918,95	0,15%	sim	MEP
Sociedade de Exploração Fonte Corgas -Buçaco, SA	SA	502980389	1 246,99	1 246,99	0,07%	não	
Águas do Centro Litoral, S.A	SA	513806181	314 046,10	314 046,10	0,79%	não	
Penaparque 2- EM	EM	506963802	142 335,88	142 335,88	100,00%	sim	integral
CoimbraVita, ADR, S.A.	SA	505073480	7 485,00	0,00	1,00%	não	
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhel Interior EIM, SA	EIM, SA	515515507	154 440,00	154 440,00	14,04%	não	
Cesab Centro de Estudos do Ambiente	ADR	502883308			2,42%	não	
ANMP	AM	501627413		5 003,06 a)	0,32%	não	
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	ADP	514051744		1 200,00 a)	3,23%	não	
IPN - Instituto Pedro Nunes	ACU	502790610		0,00	0,30%	não	
Associação Nacional Municípios Produt. Valorização e Qua. Prod. Trd. Port. - Qualifica	ASU	508574170		1 875,00 a)	2,21%	não	
AIRC - Associação Informática Região Centro	AM	501378669		0,00	2,62%	não	
Associação Portuguesa de Municípios Centro Histórico	AM	502131047		357,00 a)	0,54%	não	
APESB - Associação Portuguesa Engenharia Sanitária e Ambiental	ACU	501062769		100,00 a)	0,14%	não	
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	PCDP	508354617		21 819,89 a)	4,35%	não	
Associação Arbitragem Conflitos Consumo Distrito Coimbra	EPSL	503861650		1 246,99 a)	5,29%	não	
Adesa - Associação Desenvolvimento Regional Serra do Açôr	ASFL	503508780		48 000,00 a)	16,67%	não	
Destinature - Agência para o desenvolvimento do Turismo da Natureza	EPSFL	514464747		900,00 a)	3,25%	não	
FPDCS-Federação Portuguesa Caminho de Santiago	ASFL	515645478		500,00 a)	4,55%	não	

a) quota anual de 2023

### 3. Recursos Humanos

O Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, define um conjunto de normas a que devem obedecer as Empresas Municipais em matéria de recursos humanos, nomeadamente no recrutamento, nas remunerações dos trabalhadores, no limite aos suplementos remuneratórios e nos apoios sociais.

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2023, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a realizarem as suas atividades de forma mais eficiente possível.

Quadro 2 - Trabalhadores do grupo autárquico

Entidade	Número de Colaboradores
Município de Penacova	239
Penaparque 2	15
Município	42
<b>Total</b>	<b>296</b>

### 4. Principais Atividades Desenvolvidas



### ➤ **Penaparque2, E.M.**

Constituída em 13 de janeiro de 2005, tem como objeto social a gestão e a manutenção de espaços industriais e comerciais, de parques desportivos, de espaços de estacionamento público e de investimentos turísticos (designadamente, parques de campismo) e a organização de eventos (...), tendo em vista o fornecimento de serviços que assegurem a satisfação contínua dos clientes/municípios e contribuindo para o desenvolvimento sustentado do Município.

A Penaparque2, E.M., teve em 2023 a responsabilidade da gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

- Imóvel Penaparque (Espinheira) e respetivos serviços de apoio (Bar): a taxa de ocupação manteve-se em 2023, tal como no ano 2022 em 100%. Em relação ao edifício administrativo, a taxa de ocupação aumentou em 2023, face a 2022, graças à intensa utilização das salas para formação pela APPACDM.
- Cantina da Penaparque2: serve os funcionários das empresas instaladas no Parque Industrial da Espinheira e funcionários do Município, e em geral trabalhadores das empresas localizadas nas redondezas, apesar de uma ligeira subida nas vendas relativamente ao ano anterior, continua com receitas significativamente abaixo do período pré pandémico. O valor das receitas está abaixo do desejável, e verifica-se um aumento dos gastos, quer do pessoal (fruto da atualização do SMN) quer de outros gastos (com exceção dos custos com as mercadorias vendidas que tiveram um ligeiro decréscimo).
- Estacionamento Público: incumbe à Penaparque2, E.M. a gestão de áreas de estacionamento público de duração limitada na Vila de Penacova e do Parque Estacionamento Municipal. Essa gestão inclui as lojas e os espaços destinados a comércio e serviços existentes no edifício do referido Parque de Estacionamento. Em 2023 entrou em “velocidade cruzeiro” a exploração dos parcometros existentes nos Largos São João e São Francisco na Vila de Penacova. As receitas em taxas de estacionamento cobradas pela Penaparque, no global, foram as melhores de sempre.
- Parque de Campismo de Vila Nova 2023 representou o início de uma nova vida para este espaço, com a sua concessão a um novo operador, a CAMPINGCAR-PARK, que ali está a realizar obras de requalificação e adequação do espaço a uma nova função: parqueamento dedicado a autocaravanas e vans, com múltiplos serviços. Com a integração do parque numa rede europeia com várias centenas de parques. Depois de muitos anos estagnado e subaproveitado, o parque passará a integrar uma rede europeia de instalações avançadas para autocaravanismo, tirando partido da sua localização privilegiada junto à rota N2.
- Posto de Turismo de Penacova: em 2023 registou-se uma diminuição do número de turistas que procuram o Posto de Turismo, por comparação a 2022. Trata-se de uma tendência, fruto da cada vez mais propensão para a utilização de ferramentas digitais pelos visitantes, em detrimento do atendimento físico. De sublinhar também que o facto de, em 2022, ter entrado em funcionamento o Posto de turismo N2, situado na Estrada Nacional 2. Este novo espaço de atendimento a turistas veio substituir muita da procura até aqui existente no Posto de Turismo da Vila de Penacova.
- Café Turismo, Restaurante das Piscinas e Restaurante Panorâmico: através de um contrato programa celebrado entre o Município de Penacova e a Penaparque2, E.M. foi atribuída a esta a gestão destes espaços. Em 31 de dezembro de 2023, todos estes estabelecimentos se encontravam em plena exploração.

- Portela de Oliveira: a área de intervenção da Portela de Oliveira compreende a gestão do Museu do Moinho e do espaço de apoio de cafetaria. Em 2023, o Museu do Moinho registou uma diminuição de visitas face a 2022.
- A Cafetaria do Moinho, que integra o complexo da Portela de Oliveira e cuja gestão está atribuída a esta Empresa Municipal, foi concessionada e reabriu no ano 2023, depois de um longo período abandonada.
- Mosteiro de Lorvão, em julho de 2023 entrou em funcionamento o Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão, cuja gestão está a cargo da empresa municipal. A entrada em funcionamento do Centro Interpretativo alterou completamente o conceito de visita turística ao Mosteiro de Lorvão, com novo circuito de visita, um espaço museológico de excelência, espaço dedicado à receção dos visitantes e loja para venda de material de divulgação do Mosteiro e do património cultural do concelho. O que trouxe novas exigências, desde logo reforço dos recursos humanos afetos.
- Gestão de espaços verdes e de lazer: em 1 de janeiro de 2022, a empresa, ao abrigo de contrato programa com a Município de Penacova, assumiu a manutenção e limpeza dos espaços verdes, designadamente os trilhos de natureza e percursos pedestres, Jardim do Mosteiro de Lorvão e espaços exteriores/ajardinados das Escolas do concelho, através de equipa de operacionais constituída para o efeito.
- Complexo Turístico da Serra da Atalhada, a gestão deste complexo, encontra-se sob a responsabilidade da empresa municipal, tendo em conta a necessidade urgente de pôr cobro à degradação deste património e de o aproveitar e valorizar, enquanto espaço turístico diferenciador com alto potencial de atratividade para o território, foi decidida a concessão da sua exploração a privados, em condições que propiciam a sua recuperação e reabilitação por parte desses privados. Foi neste sentido que se lançou em 2023 concurso para a concessão deste espaço singular. Em 2023 deu-se a contratualização da nova concessão, aguardando-se que ao longo de 2024 se realizem obras de reabilitação e se inicie, ainda que parcialmente a exploração do espaço.
- Em 2023 a empresa foi chamada a assumir, a título transitório e excecional, serviços de transporte escolar em circuitos que o Município colocou no mercado de operadores privados e não mereceram interesse e procura da parte destes, e que por isso careceram de uma resposta interna, para que se assegurassem transportes escolares em todos os circuitos e para todos os alunos do sistema de ensino concelhio.

### ➤ **Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.**

Foi constituída a 18 de outubro de 1999, tendo como objeto social a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, a conceção e a gestão de sistemas de informação geográfica, a produção e a comercialização de dados, o desenvolvimento e a gestão de projetos de Internet e Intranet e a conceção, edição e comercialização de publicações.

O exercício económico de 2023 ficou marcado pela inversão dos resultados financeiros. Registou um comportamento de melhoria significativa nos principais indicadores, apesar dos resultados negativos do exercício.

O volume de negócios cresce 15%, o resultado líquido cresce 22%, o volume de negócios por trabalhador cresce 64%, a liquidez geral situa-se em 1,7, com um crescimento de 21% relativamente a 2022. A Autonomia Financeira é de 63,3%, verificando-se um crescimento de 20,6% e a Solvabilidade apresenta



um crescimento de 49,20% situando-se em 1,79. A evolução dos indicadores reflete o esforço de reversão dos resultados de 2022, apesar do contexto de recessão generalizado do mercado nacional e internacional.

Em 2023 cerca de 60% dos contratos públicos do setor onde atuamos não tiveram resolução, estão em conflito. Assistimos a um crescimento de projetos de cartografia de 127%, passando a cartografia a representar 49,4% dos projetos de aquisição de dados e a topografia a representar 21% do mercado e a crescer 5 vezes mais que o ano de 2022.

O descrito evidencia uma recuperação do investimento deste setor, pilar na modernização e na sustentabilidade do desenvolvimento, que de 2022 para 2023, com um potencial de crescimento superior a 300%, apenas cresce 67% pela conflitualidade ocorrida.

Se analisarmos a estrutura da faturação desde 2000, é visível a importância dos projetos com não acionistas, privados e mercado internacional. Em 2023, a faturação do acionista Oeiras representa 2% do total da faturação e os restantes acionistas 13,20%. Resulta daqui a evidência da independência da empresa relativamente à estrutura acionista. Desde o princípio do século, foi evidente este fenómeno da relação dos acionistas para com a empresa. Apesar de todos os esforços despendidos a sua reversão, a faturação da empresa, com clientes não sócios, nos últimos 4 anos, representa 84,20%. O acionista Oeiras representa 5,5% da faturação total neste período e os restantes acionistas 10,30%.

A Municípiã é uma empresa local, na qual O Município de Oeiras exerce uma influência dominante, que tem por objeto, entre outras atividades, nos termos dos seus estatutos, a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares da função acionista, nos termos da Lei.

Complementarmente e, salvaguardadas que estejam as condições para a boa prossecução das atividades de promoção do desenvolvimento local e regional na respetiva circunscrição e no respeito pelo regime previsto no artigo 34.º da Lei N.º 50/2012, as empresas locais podem desenvolver a sua atividade no mercado de bens e serviços junto de outros agentes económicos.

As tecnologias digitais podem ter um impacto transformacional na nossa capacidade de cumprir a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O princípio subjacente à criação da Municípiã e a sua experiência não poderia, pois, estar alinhado com a agenda internacional e com o movimento “The Digital with Purpose Movemet (DwP)”.

O Movimento não pretende reestruturar os esforços existentes ou reafirmar intenções previamente declaradas – é uma corrida ao topo. Os membros partilham a ambição de criar valor empresarial através da aceleração radical do poder facilitador da tecnologia digital para os ODS, enquanto minimizam as externalidades negativas que possam surgir.

Os municípios devem, pela sua natureza e na prossecução das respetivas atribuições liderar a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no interesse próprio e específico das respetivas populações.

A Transformação Digital das Cidades é seguramente o desafio nuclear de um Contrato no qual se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local a prosseguir pela Municípiã enquanto entidade vinculada á prossecução do interesse público ao contrário das empresas suas concorrentes no mercado.



A Transformação Digital das Cidades tem que ter um propósito. E esse é o desafio que se coloca hoje aos acionistas desta empresa municipal, se assim for entendido, prosseguir esse objetivo de forma externalizada com a Municíпия.

As alterações climáticas são um problema global que exige respostas concertadas a nível global e ações adequadas a nível local. A transformação digital constitui uma ferramenta de integração de dados e inteligência que oferece a capacidade analítica necessária à monitorização das emissões e das políticas e medidas setoriais neste âmbito, bem como a avaliação da sua adequação e viabilidade, quer em termos de impacto, quer em termos de resultados.

A mitigação é um esforço global onde as obrigações dos municípios na monitorização e comunicação para avaliar e garantir que as medidas que estão a ser implementadas estão a dar resposta aos objetivos que são definidos internacionalmente, assume cada vez maior importância.

Os objetivos de neutralidade climática da União Europeia até 2050, as metas climáticas da União Europeia para 2030 e o Acordo de Paris estão na base do reforço do quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2021-2027 e do Next Generation EU. Os municípios têm que reforçar o seu protagonismo alinhados e beneficiando dos financiamentos disponibilizados.

Os Municípios têm na Municíпия o suporte para o alinhamento com a agenda global de transformação digital "TO A SMARTER; MORE SUSTAINABLE WORLD WITH DIGITAL SOLUTIONS AT ITS CORE".

A Municíпия não abdica da responsabilidade na promoção da cidadania com soluções diferenciadoras únicas, promovendo o papel das tecnologias digitais em 25 anos de existência.

Aos nossos acionistas deixamos o desafio de descolar sem receio da normalidade e assumir o papel de protagonista da inovação, desenhando um plano de transformação digital da cidade com objetivos estratégicos diferenciadores, com propósito.



### 5. Análise económico-financeira

Um dos objetivos essenciais do relato financeiro das entidades públicas no âmbito do SNC-AP é proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Seguidamente iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

#### Balanço

Em 2023 o ativo das contas consolidadas do Município de Penacova atingiu os 51.327.658,93€, o que representa uma diminuição de 974.273,72€ face ao ano anterior (1,86%). Do total do ativo, 90,99% constitui o ativo não corrente e 9,01% o ativo corrente.

Quadro 3 - Evolução do ativo

Componente do Ativo	2023	2022	\ 2023/2022
Ativos fixos tangíveis	45 681 863,43	45 633 805,88	0,11%
Propriedades de Investimento	24 537,87	24 537,87	0,00%
Ativos intangíveis	115 663,40	128 843,07	-10,23%
Participações Financeiras	880 990,86	3 137 825,37	-71,92%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>46 703 055,56</b>	<b>48 925 012,19</b>	<b>-4,54%</b>
Inventários	118 290,51	124 982,57	-5,35%
Devedores p/ transferências e subsídios não	567 082,05	704 384,21	-19,49%
Clientes, contribuintes e utentes	52 701,94	47 575,19	10,78%
Estado e outros entes públicos	2 204,82	923,71	0,00%
Outras contas a receber	2 204 065,06	1 740 190,87	26,66%
Diferimentos	6 857,26	5 371,13	27,67%
Caixa e depósitos	1 673 311,73	753 402,78	122,10%
<b>Ativo corrente</b>	<b>4 624 513,37</b>	<b>3 376 830,46</b>	<b>36,95%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>51 327 568,93</b>	<b>52 301 842,65</b>	<b>-1,86%</b>

Os ativos fixos tangíveis representam 89% do total do ativo e registaram um aumento de 48.057,55€. As participações financeiras registaram uma diminuição de 71,92% face ao ano anterior, dado que o município em 2023, não consolidou com APIN, considerando a decisão do Tribunal Arbitral, independentemente da publicitação por registo não estar formalmente averbada, o Município já não é, em substância e de facto, entidade pública participante da APIN não devendo por isso fazer o exercício de consolidação.

Os devedores p/ transferências e subsídios registaram uma diminuição face ao anterior de 19,49%. O Saldo de disponibilidades teve um aumento de 122,10% face ao ano anterior, tendo mantido os pagamentos a fornecedores sem atraso.

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do Município fecharam com um valor 7.840.044,08€, sendo constituído em 60,62% por passivo não corrente e em 39,38% por passivo corrente.

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

Quadro 4 - Evolução do passivo

Componente do Passivo	2023	2022	Δ 2023/2022
Provisões	322 627,94	322 627,94	0,00%
Financiamentos Obtidos	4 046 436,29	3 317 204,81	21,98%
Outras contas a pagar	383 324,68	470 622,37	-18,55%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4 752 388,91</b>	<b>4 110 455,12</b>	<b>15,62%</b>
Credores por transferências e subsidi	147 437,86	52 258,06	182,13%
Fornecedores	489 665,53	341 330,05	43,46%
Estado e outros entes públicos	125 840,97	139 028,46	-9,49%
Financiamentos Obtidos	289 084,19	239 155,79	20,88%
Fornecedores de investimento	19 009,03	92 119,93	-79,36%
Outras contas a pagar	894 917,10	870 654,85	2,79%
Diferimentos	1 121 700,49	1 077 625,13	4,09%
<b>Passivo Corrente</b>	<b>3 087 655,17</b>	<b>2 812 172,27</b>	<b>9,80%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>7 840 044,08</b>	<b>6 922 627,39</b>	<b>13,25%</b>

Comparando com o período homólogo, o total do passivo consolidado registou um aumento de 13,25% relativo ao ano 2022, equivalendo, em termos absolutos, a 917.416,69€.

Os financiamentos obtidos registaram um aumento de 21,91%, fruto da utilização de capital dos empréstimos contratualizados com a CCAM e CGD e empréstimos EQ-BEI, para as obras Recuperação do Antigo Tribunal de Penacova e Centro Interpretativo de Lorvão.

De realçar que os fornecedores c/c consolidados registaram um aumento de 43,46% e os fornecedores de investimento consolidados uma diminuição de 79,36%. O Estado e outros entes públicos registaram um decréscimo de 9,49%, que corresponde a contribuições para a CGA e TSU, a retenções de IRS, mas também a IVA a pagar.

As outras contas a pagar tiveram um acréscimo de 2,79%. que se deve essencialmente à especialização dos gastos com férias, subsidio de férias e encargos e faturas com data de 2024, cujos gastos ocorreram em 2023.

O passivo não corrente registou um aumento de 21,98% referente a utilização dos empréstimos contratualizados com a CCAM e CGD para a realização de despesas de investimento. O passivo não corrente consolidado registou um aumento de 15,62%.

Quadro 5 - Evolução do Património Líquido

Componente do Património Líquido	2023	2022	Δ 2023/2022
Património/Capital	9 717 312,48	9 717 312,48	0,00%
Reservas	1 169 525,27	1 169 525,27	0,00%
Resultados transitados	14 393 256,61	15 906 585,07	-9,51%
Ajustamentos em ativos financeiros	2 341,39	2 488 357,10	-99,91%
Outras variações no Património Líquido	19 780 055,19	17 874 239,34	10,66%
Resultado líquido	-1 574 966,09	-1 776 804,00	-11,36%
<b>Total</b>	<b>43 487 524,85</b>	<b>45 379 215,26</b>	<b>-4,17%</b>

O património líquido consolidado registou um decréscimo de 4,17%. Este decréscimo deve-se essencialmente aos ajustamentos em ativos financeiros nas outras variações no património líquido.

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

### Demonstração de resultados

O resultado líquido consolidado ascende a 1.574.966,09€ negativo. De seguida, apresentamos a evolução dos gastos e dos rendimentos consolidados.

Quadro 6 - Evolução de gastos

Gastos	2023	2022	Δ2023/2022
CMVMC	319 760,80	380 998,49	-16,07%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 805 451,93	3 875 790,20	-1,81%
Gastos com pessoal	5 443 854,08	5 005 430,92	8,76%
Transferências e subsídios concedidos	2 407 374,35	2 361 061,77	1,96%
Provisões(aumentos/reduções)	0,00	52 475,12	-100,00%
Imparidades de Dívidas a receber (perdas/reversões)	6 820,24	5 546,64	22,96%
Imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis	0,00	0,00	0,00%
Outros Gastos	156 722,81	139 790,51	12,11%
Gastos /reversões de depreciação e amortização	2 247 338,07	2 173 143,12	3,41%
Juros e gastos similares suportados	163 057,11	54 268,76	200,46%
Gastos Imputados de entidades controladas, associadas ..	0,00	239 956,08	-100,00%
<b>Total</b>	<b>14 550 379,39</b>	<b>14 288 461,61</b>	<b>1,83%</b>

Analisando o quadro dos gastos, podemos concluir que houve um aumento de 266.317,78€ corresponde a 1,83%. O maior aumento verificado em termos percentuais foi nos juros e gastos similares suportados com 200,46%. No entanto, o maior aumento em termos absolutos foi nos gastos com pessoal de 438.423,16€.

As depreciações do exercício registaram também um aumento de 3,41% face ao ano anterior.

Apresenta-se de seguida, a análise aos rendimentos de 2023.

Quadro 7 - Evolução dos rendimentos

Rendimentos	2023	2022	Δ2023/2022
Vendas e prestações serviços	396 350,38	358 602,99	10,53%
Impostos, contribuições e taxas	1 727 760,21	1 716 429,25	0,66%
Transferências e Subsídios Obtidos	8 944 101,64	8 504 047,23	5,17%
Outros Rendimentos	1 868 025,53	1 763 537,22	5,92%
Juros e rendimentos similares obtidos	4 284,79	8 750,75	100,00%
Provisões (aumentos/reversões)	901,00	108 449,50	-99,17%
Trabalhos para a própria entidade	12 757,89	45 023,26	-71,66%
Imparidades de Investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)	16,21	0,00	0,00%
Rendimentos Imputados de entidades controladas, associadas ..	21 407,55	9 661,70	100,00%
<b>Total</b>	<b>12 975 605,20</b>	<b>12 514 501,90</b>	<b>3,68%</b>

Os rendimentos e ganhos consolidados registaram um aumento de 3,68% face ao ano anterior. Em termos absolutos, o maior aumento verificado foi nas transferências e subsídios obtidos 440.054,41€. Registou-se também um aumento de 10,53% na venda e prestação de serviços, como sinais da retoma após pandemia.

## 6. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

# Prestação de Contas Consolidadas 2023

## Município de Penacova

### Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	Liquidações	31-12-2023	31-12-2022	Rubrica	Obrigações	31-12-2023	31-12-2022
	Receita corrente	662 162,14	667 359,72		Despesa corrente	635 511,87	478 615,21
R1	Receita Fiscal			D1	Despesa com Pessoal	124 729,11	119 501,75
R1.1	Impostos Diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	54 084,30	51 852,74
R1.2	Impostos Indiretos			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 388,21	2 689,28
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança Social	68 256,60	64 959,73
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 738,41	8 523,13	D2	Aquisição de Bens e Serviços	411 692,14	305 841,59
R4	Rendimentos de propriedade	8 456,64	8 456,64	D3	Juros e Outros Encargos		
R5	Transferências e Subsídios Correntes	442 238,93	562 882,50	D4	Transferências e Subsídios Correntes	96 312,86	52 258,05
R5.1	Transferências Correntes	442 238,93	562 882,50	D4.1	Transferências Correntes	327,00	237,86
R5.1.1	Administrações Públicas	442 238,93	562 882,50	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	632,84	632,84	D4.1.1.1	Administração Central - Estado		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social	441 606,09	562 249,66	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - EU			D4.1.2	Instituições Sem Fins Lucrativos		
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	327,00	237,86
R5.2	Subsídios Correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	103 728,16	87 497,45	D4.2	Subsídios	95 985,86	52 020,20
R7	Outras Receitas Correntes			D5	Outras Despesas Correntes	2 777,76	1 013,81
	Receita capital	124 843,12	141 501,71	D6	Despesas capital	3 874,50	77 912,91
R8	Venda de bens investimento			D7	Investimento	3 874,50	77 912,91
R9	Transferências e Subsídios de Capital	124 843,12	141 501,71	D7.1	Transferências e Subsídios de Capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de Capital	124 843,12	141 501,71	D7.1.1	Transferências de Capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	124 843,12	141 501,71	D7.1.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	124 843,12	141 501,71	D7.1.1.1.1	Administração Central - Estado		
R9.1.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades			D7.1.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R9.1.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - EU			D7.1.2	Instituições Sem Fins Lucrativos		
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de Capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras Receitas Capital			D7.2	Subsídios de Capital		
R11	Reposições não abatidas ao pagamento			D8	Outras Despesas Capital		
	Receita efetiva (1)	687 005,26	808 861,43		Despesa efetiva (4)	639 386,37	556 528,12
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros			D10	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D11	Despesa com passivos financeiros		
	Receita total (3)= (1)+(2)	687 005,26	808 861,43		Despesa total (6)= (4) + (5)	639 386,37	556 528,12

Município de Penacova

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica RECEBIMENTOS	31-12-2023	31-12-2022	Rubrica PAGAMENTOS	31-12-2023	31-12-2022
Saldo da gerência anterior	753 402,78	1 602 259,76			
Operações Orçamentais (1)	282 478,83	1 216 797,32			
Restituição do saldo por Orçamentais					
Operações tesouraria (A)	470 923,95	385 462,44			
<b>Recelta corrente</b>	<b>11 790 311,87</b>	<b>11 766 769,93</b>	<b>Despesa corrente</b>	<b>11 454 760,98</b>	<b>11 138 940,28</b>
R1 Recelta Fiscal	1 565 627,33	1 573 486,01	D1 Despesa com Pessoal	5 587 074,45	5 178 257,25
R1.1 Impostos Diretos	1 565 627,33	1 573 486,01	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	4 315 633,79	3 973 005,74
R1.2 Impostos Indiretos			D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	166 467,34	169 777,31
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3 Segurança Social	1 104 973,32	1 035 474,20
R3 Taxas, multas e outras penalidades	135 659,65	119 116,66	D2 Aquisição de Bens e Serviços	3 910 920,16	3 956 856,75
R4 Rendimentos de propriedade	853 224,82	778 460,40	D3 Juros e Outros Encargos	120 883,27	40 271,72
R5 Transferências e Subsídios Correntes	8 776 357,17	8 819 460,55	D4 Transferências e Subsídios Correntes	1 629 544,71	1 731 136,76
R5.1 Transferências Correntes	8 776 357,17	8 819 460,55	D4.1 Transferências Correntes	1 459 707,58	1 479 259,68
R5.1.1 Administrações Públicas	8 477 426,33	8 464 804,25	D4.1.1 Administrações Públicas	394 062,32	358 214,78
R5.1.1.1 Administração Central - Estado	8 441 584,01	8 417 965,61	D4.1.1.1 Administração Central - Estado		
R5.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades	35 842,32	46 838,64	D4.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades		
R5.1.1.3 Segurança Social			D4.1.1.3 Segurança Social		
R5.1.1.4 Administração Regional			D4.1.1.4 Administração Regional		
R5.1.1.5 Administração Local			D4.1.1.5 Administração Local	394 062,32	358 214,78
R5.1.2 Exterior - EU			D4.1.2 Instituições Sem Fins Lucrativos	592 542,37	598 743,85
R5.1.3 Outras	298 930,84	354 656,30	D4.1.3 Famílias	172 493,22	167 644,75
R5.2 Subsídios Correntes			D4.1.4 Outras	300 589,67	354 656,30
R6 Venda de bens e serviços	453 062,48	440 806,36	D4.2 Subsídios Correntes	169 837,13	251 877,08
R7 Outras Receitas Correntes	6 380,42	25 629,95	D5 Outras Despesas Correntes	206 328,39	232 417,80
<b>Recelta capital</b>	<b>2 936 610,38</b>	<b>2 169 438,03</b>	<b>Despesas capital</b>	<b>3 049 022,86</b>	<b>4 831 872,38</b>
R8 Venda de bens investimento	16 721,24	44 359,32	D6 Aquisição de bens de capital	2 369 824,89	4 139 531,77
R9 Transferências e Subsídios de Capital	2 919 889,14	2 125 078,71	D7 Transferências e Subsídios de Capital	679 197,96	692 340,61
R9.1 Transferências Capital	2 919 889,14	2 125 078,71	D7.1 Transferências de Capital	679 197,96	692 340,61
R9.1.1 Administrações Públicas	2 919 889,14	2 125 078,71	D7.1.1 Administrações Públicas	595 584,95	581 535,77
R9.1.1.1 Administração Central - Estado	2 918 853,92	2 121 016,96	D7.1.1.1 Administração Central - Estado		
R9.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades			D7.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades		
R9.1.1.3 Segurança Social			D7.1.1.3 Segurança Social		
R9.1.1.4 Administração Regional			D7.1.1.4 Administração Regional		
R9.1.1.5 Administração Local	1 235,22	4 061,85	D7.1.1.5 Administração Local	595 584,95	581 535,77
R9.1.2 Exterior - EU			D7.1.2 Instituições Sem Fins Lucrativos	67 102,30	99 219,54
R9.1.3 Outras			D7.1.3 Famílias	16 510,71	11 585,30
R9.2 Subsídios de Capital			D7.1.4 Outras		
R10 Outras Receitas Capital			D7.2 Subsídios de Capital		
R11 Reposições não abatidas ao pagamento	5 169,18	18 548,73	D8 Outras Despesas Capital		
<b>Recelta efetiva (2)</b>	<b>14 732 091,43</b>	<b>13 944 746,69</b>	<b>Despesa efetiva (5)</b>	<b>14 503 773,83</b>	<b>16 970 812,66</b>
<b>Recelta não efetiva (3)</b>	<b>1 017 548,96</b>	<b>1 287 577,82</b>	<b>Despesa não efetiva (6)</b>	<b>238 489,10</b>	<b>196 830,34</b>
R12 Receita com ativos financeiros			D10 Despesa com ativos financeiros		
R13 Receita com passivos financeiros	1 017 548,96	1 287 577,82	D11 Despesa com passivos financeiros	238 489,10	196 830,34
<b>Soma (4)= (1)+(2)+(3)</b>	<b>16 032 219,24</b>	<b>16 449 121,83</b>	<b>Soma (7)= (5)+(6)</b>	<b>14 742 262,93</b>	<b>16 166 643,00</b>
<b>Operações de tesouraria (8)</b>	<b>100 289,62</b>	<b>146 147,21</b>	<b>Operações de Tesouraria (C)</b>	<b>187 868,05</b>	<b>60 686,70</b>
			Saldo para a gerência seguinte	1 673 311,73	753 402,78
			Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	1 289 956,31	282 478,83
			Operações de tesouraria (D)=(A)+(B) - (C)	363 355,42	470 923,95
			<b>Saldo global (2)-(6)</b>	<b>228 317,60</b>	<b>-2 026 065,97</b>
			Despesa Primária	14 382 890,56	15 930 540,94
			Saldo Corrente	335 560,89	617 819,65
			Saldo Capital	-112 412,47	-2 662 434,35
			Saldo Primário	349 200,87	-1 985 794,25
			Recelta total (1)+(2)+(3)	16 032 219,24	16 449 121,83
			Despesa Total (5)+(6)	14 742 262,93	16 166 643,00

**7. Demonstrações financeiras consolidadas**

Município de Penacova

Balanço consolidado

Moeda: €

RUBRICAS	NOTAS	SNC- AP	SNC- AP
		31-12-2023	31-12-2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	45 681 863,43	45 633 805,88
Propriedades de investimento	8	24 537,87	24 537,87
Ativos intangíveis	3	115 663,40	128 843,07
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	880 990,86	3 137 825,37
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		46 703 055,56	48 925 012,19
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	10	118 290,51	124 982,57
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		567 082,05	704 384,21
Clientes, contribuintes e utentes		52 701,94	47 575,19
Estado e outros entes públicos	23.1	2 204,82	923,71
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.2	2 204 065,06	1 740 190,87
Diferimentos		6 857,26	5 371,13
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.4	1 673 311,73	753 402,78
		4 624 513,37	3 376 830,46
<b>Total do ativo</b>		<b>51 327 568,93</b>	<b>52 301 842,65</b>

Município de Penacova

Balanço consolidado

Moeda: €

RUBRICAS	NOTAS	SNC- AP	SNC- AP
		31-12-2023	31-12-2022
<b>PATRIMÓNIO LIQUIDO</b>			
Património/Capital		9 717 312,48	9 717 312,48
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		1 169 525,27	1 169 525,27
Resultados Transitados		14 393 256,61	15 906 585,07
Ajustamentos em ativos financeiros		2 341,39	2 488 357,10
Acionistas/sócios/associados			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		19 780 055,19	17 874 239,34
Resultado Líquido do Período		-1 574 966,09	-1 776 804,00
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total do património líquido</b>		<b>43 487 524,85</b>	<b>45 379 215,26</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	322 627,94	322 627,94
Financiamentos obtidos	7	4 046 436,29	3 317 204,81
Fornecedores de Investimento			
Responsabilidades por benefícios pós emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	23	383 324,68	470 622,37
		<b>4 752 388,91</b>	<b>4 110 455,12</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		147 437,86	52 258,06
Fornecedores		489 665,53	341 330,05
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	23	125 840,97	139 028,46
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	289 084,19	239 155,79
Fornecedores de investimentos		19 009,03	92 119,93
Outras contas a pagar	23	894 917,10	870 654,85
Diferimentos		1 121 700,49	1 077 625,13
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
<b>Total do passivo</b>		<b>3 087 655,17</b>	<b>2 812 172,27</b>
<b>Total do património líquido e passivo</b>		<b>51 327 568,93</b>	<b>52 301 842,65</b>



# Prestação de Contas Consolidadas 2023

<b>Município de Penacova</b>
<b>Fluxos de Caixa Consolidada 2023</b>

Rubricas	NOTAS	Moeda: €	
		SNC- AP 31-12-2023	SNC- AP 31-12-2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimento de Clientes		453 062,48	440 606,36
Recebimentos de contribuintes		1 565 627,33	1 573 486,01
Recebimento de transferências e subsídios correntes		8 773 053,67	8 815 548,55
Recebimentos de utentes		135 659,65	119 116,66
Pagamento a fornecedores		-4 148 064,27	-4 111 430,17
Pagamentos ao pessoal		-3 429 929,51	-3 144 394,11
Pagamentos a contribuintes/Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 364 136,80	-2 474 200,54
Pagamento de prestações sociais			
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>985 272,55</b>	<b>1 218 732,76</b>
Recebimento do imposto sobre o rendimento		377,44	9,78
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-8 224,14	-8 876,18
Outros Recebimentos		114 775,68	194 214,08
Outros Pagamentos		-2 250 579,50	-2 112 779,84
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>-1 158 377,97</b>	<b>-708 699,40</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-342 310,79	-555 392,42
Ativos intangíveis		-55 706,56	-54 022,86
Propriedades de investimento			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos		-1 971 807,54	-3 530 116,49
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		16 721,24	44 359,32
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		853 224,82	778 460,40
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídio ao investimento		985 794,80	1 267 846,86
Transferência de Capital		1 934 094,34	857 231,85
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>1 420 010,31</b>	<b>-1 191 633,34</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1 017 648,98	1 287 577,82
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-238 489,10	-195 830,34
Juros e gastos similares		-120 883,27	-40 271,72
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>658 276,61</b>	<b>1 051 475,76</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>919 908,95</b>	<b>-848 856,98</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>753 402,78</b>	<b>1 602 259,76</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1 673 311,73</b>	<b>753 402,78</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>753 402,78</b>	<b>1 602 259,76</b>
- Equivalentes a caixa no início do período		-488 588,30	-518 009,11
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		488 588,30	518 009,11
- Variações cambiais de caixa no início do período			
<b>Sado de gerência anterior</b>		<b>753 402,78</b>	<b>1 602 259,76</b>
De execução orçamental		282 478,83	1 216 797,32
De operações de tesouraria		470 923,95	385 462,44
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1 673 311,73</b>	<b>753 402,78</b>
- Equivalentes a caixa no início do período		-724 883,79	-488 588,30
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		724 883,79	488 588,30
- Variações cambiais de caixa no início do período			
<b>Sado de gerência seguinte</b>		<b>1 673 311,73</b>	<b>753 402,78</b>
De execução orçamental	1,4	1 289 956,31	282 478,83
De operações de tesouraria		383 355,42	470 923,95

# Prestação de Contas Consolidadas 2023

Município de Penacova

Demonstração de resultados por naturezas

Moeda: €

RENDIMENTOS E GANHOS	NOTAS	SNC- AP	SNC- AP
		31-12-2023	31-12-2022
Impostos, contribuições e taxas	23.3	1 727 760,21	1 716 429,25
Vendas	23.3	8 847,53	4 128,25
Prestações de serviços e concessões	23.3	387 502,85	354 474,74
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos		21 407,55	-230 294,38
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23.3	8 944 101,64	8 504 047,23
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	23.3	12 757,89	45 023,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-319 760,80	-380 998,49
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-3 805 451,93	-3 875 790,20
Gastos com pessoal	23.5	-5 443 854,08	-5 005 430,92
Transferências e subsídios concedidos	23.6	-2 407 374,35	-2 361 061,77
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-6 820,24	853,36
Provisões (aumentos/reduções)	15	901,00	49 574,38
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		16,21	
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		1 868 025,53	1 763 537,22
Outros gastos e perdas		-156 722,81	-139 790,51
Responsabilidades por benefícios pós emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
<b>Resultado antes de depreciação e gastos de financiamento</b>		<b>831 336,20</b>	<b>444 701,42</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 247 338,07	-2 173 143,12
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes gastos de financiamento)</b>		<b>-1 416 001,87</b>	<b>-1 728 441,70</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		4 284,79	8 750,75
Juros e gastos similares suportados		-163 057,11	-54 268,76
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-1 574 774,19</b>	<b>-1 773 959,71</b>
Imposto sobre o rendimento		-191,90	-2 844,29
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-1 574 966,09</b>	<b>-1 776 804,00</b>
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		-1 574 966,09	-1 776 804,00

# Prestação de Contas Consolidadas 2023

Município de Penacova

Alterações ao património líquido consolidado

Descrição	Notas	Capital/Património realizado	Ações (Quotas Próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações património líquido	Resultado Líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do património líquido
Posição no início do Período (Saldo inicial de cada conta) (1)		9 717 312,48				1 189 525,27	0,00	0,00	15 905 565,07	2 465 357,10		17 874 233,34	-1 776 804,00	45 379 215,25		45 379 215,25
Alterações no Período																
Princípio adoção de novo referencial contabilístico														0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas														0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização														0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações														0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital														0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							0,00	0,00	-1 513 328,46	-2 465 015,71		1 905 815,85	1 776 804,00	1 905 815,85		1 905 815,85
(2)						0,00	0,00	0,00	-1 513 328,46	2 341,39		1 905 815,85	1 776 804,00	-2 222 540,17		-316 724,32
Resultado Líquido Período (3)																
Resultado Integral (4) = (2)+(3)																
Operações com Detentores de Capital no Período																
Realização de capital/património																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
(5)																
Posição no Fim do Período		9 717 312,48	0,00	0,00	0,00	1 189 525,27	0,00	0,00	14 395 256,61	2 341,39	0,00	19 780 055,19	-1 574 966,09	43 487 524,85	0,00	43 487 524,85
(6) = (1) + (2) + (3) + (5)																

Município de Penacova 19

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1- Entidades incluídas na consolidação

Entidade	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo				
						Direto	Indireto	Obs		
Município de Penacova	506657957	Largo Alberto Leão n.º 5, 3360-191 Penacova	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da proteção civil e luta contra incêndios, educação, serviços auxiliares de ensino, saúde, ação social, habitação, ordenamento do território, saneamento, abastecimento água, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, cultura, energia, desporto recreio e lazer, comércio e turismo...						a)	
Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais Penacova, EM	506963802	Parque Industrial da Espinha, Sala 8	Gestão de equipamentos e organização de eventos	50 000,00	50 000,00	100%				b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme e estabelecido no n.º 1 do Artigo 46.º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Penacova

1.2- Entidades associadas contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Entidade	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% do capital
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	Edifício Taguspark – Edifício Ciência II – Av. Prof. Cavaco Silva, 11-3ºB	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; conceção, edição e comercialização de publicações.	3 236 678,67	4 985,01	0,15%

1.3- Entidades excluídas da consolidação

Entidade Participada	NIPC	Sede Social	% Capital Detido	Fundamentação da Exclusão
Enruc- Resíduos Sólidos urbanos, S.A.	503004405	Rua Alexandre Herculano, 21 – B	0,36%	Alínea b) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	ETA da Boavista – Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	0,78%	Alínea b) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Hótel de Penacova, S.A.	504902903	Rua de Santo António nº 4	15%	Alínea b) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Sociedade de Exploração Fonte Corgas – Buçaco, S.A.	502980389	Apartado 109 CDP Penacova	0,07%	Alínea b) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CoimbraVita – ADR, S.A.	505073480	Rua Capitão Luis Gonzaga, nº 74 3000-095 Coimbra	a)	Alínea b) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Cesab – Centro Serviços Ambiente	502883308	Zona industrial Ponte Viadores 3050 – 481 Mealhada	2,42%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ANMP	501627413	Av. Mamoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra	0,32%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
IPN	502790610	Rua Pedro Nunes 3030-199 Coimbra	0,30%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Qualifica	508574170	Rua General Jorge de Avilez Loja 114 7300-185 Portalegre	2,21%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Airc Associação Informática Região Centro	501378669	Parque Industrial Taveiro Lote 48 3045-504 Coimbra	2,62%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Associação Portuguesa Municípios Centro Histórico	502131047	Rua do Castelinho nº 7 5100-127 Lamego	0,60%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
APESB – Associação Portuguesa Engenharia Sanitária e Ambiental	501062769	Av. do Brasil nº 101	0,14%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CIMRC – Comunidade Intermunicipal Região Coimbra	508354617	Rua do Brasil, 131	4,35%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Associação Arbitragem Conflitos Consumo Distrito Coimbra	503861650	Av. Fernão Magalhães nº 240 1º andar 3000-422 Coimbra	5,29%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Adesa – Associação Desenvolvimento Regional Serra do Açor	503508780	Rua Francisco Inácio Dias Nogueira nº 1	16,67%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	514051744	Rua dos Combatentes, s/n, 5030-477 Santa Marta de Penaguião	3,23%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Destinature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo da Natureza	514464747	Rua Concelheiro José Alves Monteiro 6230-350 Fundão	3,25%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	515645478	Rua Dr. Henrique Botelho s/n 5450-027 Vila Pouca de Aguiar	4,55%	Alínea c) do nº 4 do art. 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

a) Não dispomos de informação contabilística desta entidade

1.4- Caixa e depósitos

## Prestação de Contas Consolidadas 2023



Para efeitos de caixa e equivalentes, são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição:

Conta	2023	2022
<b>Caixa</b>	<b>3 478,68</b>	<b>3 302,86</b>
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>944 949,26</b>	<b>261 511,62</b>
Depósitos bancários à ordem	944 949,26	261 511,62
<b>Outros depósitos</b>	<b>724 883,79</b>	<b>488 588,30</b>
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	724 883,79	488 588,30
<b>Total</b>	<b>1 673 311,73</b>	<b>753 402,78</b>

### **Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

### **Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento**

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensuradas pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

### **Participações financeiras**

As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo, deduzidas das perdas por imparidade, com exceção da Penaparque2, E.M., pelo método de equivalência patrimonial.

### **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência.

### **Contas a receber**

As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. No caso das empresas municipais, subseqüentemente a mensuração efetua-se ao custo, deduzido das perdas por imparidade (a imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber).

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

### Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

### Nota 3 – Ativos intangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
<b>Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>									
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	10 455,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 455,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	34 143,97	50 092,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-36 592,95	-16 368,05	31 275,55
Propriedade industrial e intelectual	4 540,10	5 227,68	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 083,93	0,00	4 683,85
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	79 704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79 704,00
TOTAL	128 843,07	55 320,26					-52 131,88		115 663,40

### Nota 4 – Acordos de concessão de serviços cujo concedente é o Município de Penacova

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental. Estes contratos referem-se somente ao Município de Penacova.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E - Redes Distribuição de Eletricidade, SA		20A				

Os ativos da concessão com a E-Redes são ativos de concessão de serviços enquadrados na NCP 4 do SNC-AP.

Não obstante, a falta de detalhe da informação disponibilizada pela Concessionária, designadamente a identificação dos ativos que integram a concessão, não permite proceder ao seu registo na contabilidade do Município.

A estrutura conceptual do SNC-AP define as características qualitativas às quais o relato financeiro deve obedecer, entre as quais a verificabilidade.

Define o §66 da Estrutura Conceptual que a verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos utilizadores que a informação incluída no relato financeiro representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar. Esta característica implica que observadores independentes e conhecedores possam chegar a um consenso, embora nem sempre estejam de acordo, que:

a) A informação representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar sem erros materiais ou influencias; ou

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

b) Foi aplicado um método de reconhecimento, mensuração ou apresentação sem erros materiais ou influências.

Acrescenta o §67 que a verificação pode ser direta ou indireta. Pela verificação direta, uma quantia ou outra representação é verificável por si mesma, por exemplo, fazendo uma contagem de caixa, observando os títulos cotados e as suas cotações, ou confirmando que os fatores identificados como influenciadores do desempenho de um serviço passado estavam presentes e operaram com o efeito identificado. Pela verificação indireta, uma quantia ou outra representação é verificável analisando os dados de base e recalculando os resultados usando a mesma metodologia. Um exemplo é a verificação da quantia escriturada de inventários analisando os dados de base (quantidades e preços) e recalculando a existência final usando o mesmo pressuposto do fluxo do custo (custo médio ponderado ou outro).

Desta forma, porque não é possível verificar a existência dos aludidos ativos, dado o nível de agregação da informação remetida pela E-Redes, não foram reconhecidos os mesmos como ativos de concessão de serviços optando-se pela divulgação do quadro resumo no presente anexo:

Designação	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em exploração</b>	<b>10 325 649,42</b>	<b>-6 979 769,74</b>	<b>3 345 879,68</b>
<b>Chegadas aéreas</b>	<b>545 337,59</b>	<b>-445 596,97</b>	<b>99 740,62</b>
<b>Chegadas subterrâneas</b>	<b>268 012,81</b>	<b>-133 461,64</b>	<b>134 551,17</b>
<b>Contadores e acessórios</b>	<b>770 410,68</b>	<b>-730 034,96</b>	<b>40 375,72</b>
Contadores	523 342,67	-518 428,48	4 914,19
Outro equipamento	247 068,01	-211 606,48	35 461,53
<b>Eq. Telegestão Energia EDP Box</b>	<b>228 134,21</b>	<b>-63 919,87</b>	<b>164 214,34</b>
<b>ILuminação pública</b>	<b>1 551 464,96</b>	<b>-585 736,57</b>	<b>965 728,39</b>
<b>Postos Transformação e Seccionamento</b>	<b>2 368 211,92</b>	<b>-1 731 895,75</b>	<b>636 316,17</b>
<b>Redes aéreas</b>	<b>3 927 225,51</b>	<b>-2 820 194,84</b>	<b>1 107 030,67</b>
<b>Redes subterrâneas</b>	<b>666 851,74</b>	<b>-468 929,14</b>	<b>197 922,60</b>
<b>Subsídios ao investimento</b>	<b>-2 097 572,91</b>	<b>1 369 397,76</b>	<b>-728 175,15</b>
<b>Chegadas aéreas</b>	<b>-231 242,82</b>	<b>185 659,79</b>	<b>-45 583,03</b>
<b>Chegadas subterrâneas</b>	<b>-187 252,87</b>	<b>86 996,30</b>	<b>-100 256,57</b>
<b>Contadores e acessórios</b>	<b>-832,37</b>	<b>169,91</b>	<b>-662,46</b>
Outro Equipamento	-832,37	169,91	-662,46
<b>Eq. Telegestão Energia EDP Box</b>	<b>-466,27</b>	<b>96,09</b>	<b>-370,18</b>
<b>ILuminação pública</b>	<b>-357 976,04</b>	<b>157 746,47</b>	<b>-200 229,57</b>
<b>Postos Transformação e Seccionamento</b>	<b>-311 948,13</b>	<b>188 550,23</b>	<b>-123 397,90</b>
<b>Redes aéreas</b>	<b>-786 478,13</b>	<b>592 104,91</b>	<b>-194 373,22</b>
<b>Redes subterrâneas</b>	<b>-221 376,03</b>	<b>158 074,06</b>	<b>-63 301,97</b>
<b>Total</b>	<b>8 228 076,51</b>	<b>-5 610 371,98</b>	<b>2 617 704,53</b>

Consta também da informação cedida pela E- Redes que o valor dos ativos de concessão na data de sua conclusão (valor do resgate ou de indemnização) a 31 12 2023 o montante de 2.331.611,00 euros.

### Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

No período findo de dezembro de 2023, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	602 208,76	0,00		602 208,76	602 208,76	0,00		602 208,76
Edifícios e outras construções	1 773 269,25	533 923,24		1 239 346,01	1 773 269,25	589 405,29		1 183 863,96
Infraestruturas	40 766 929,80	18 279 082,40		22 487 847,40	41 735 963,15	19 487 391,03		22 248 572,12
Património histórico, artístico e cultural	104 636,77	950,80		103 685,97	122 486,85	971,88		121 494,97
Outros	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Bens de domínio público em curso	1 490 417,44	0,00		1 490 417,44	1 168 975,11	0,00		1 168 975,11
	<b>44 737 482,02</b>	<b>18 813 956,44</b>		<b>25 923 505,58</b>	<b>48 430 863,12</b>	<b>20 077 768,20</b>		<b>25 353 114,92</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	2 045 705,06	0,00		2 045 705,06	2 045 705,06	0,00		2 045 705,06
Edifícios e outras construções	20 759 740,88	5 567 223,47		15 192 517,51	22 888 184,05	6 125 920,86		16 762 263,19
Equipamento básico	3 389 843,80	2 672 005,51		717 838,29	3 538 508,31	2 851 206,62		687 301,69
Equipamento de transporte	2 074 965,51	1 928 201,42		148 764,09	2 174 924,04	1 985 202,97		189 721,07
Equipamento administrativo	926 367,59	832 567,91		93 799,68	945 041,83	870 626,10		74 415,73
Equipamentos biológicos	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	1 315 666,81	1 098 332,13		217 334,48	1 354 581,38	1 193 835,92		160 745,46
Ativos fixos tangíveis em curso	1 294 341,19	0,00		1 294 341,19	408 596,31	0,00		408 596,31
	<b>31 806 630,74</b>	<b>12 096 330,44</b>		<b>19 710 300,30</b>	<b>33 355 640,88</b>	<b>13 028 792,47</b>		<b>20 328 748,81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>76 544 092,76</b>	<b>30 910 286,88</b>		<b>45 633 805,88</b>	<b>78 786 424,10</b>	<b>33 104 560,67</b>		<b>45 681 863,43</b>

### Nota 6 – Locações operacionais cujo locador é o Município de Penacova

O Município de Penacova tem dois contratos de locação operacional no período de 2023

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período	Período	Período	Período	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				Total
Equipamento de Transporte	83 228,50	20 807,16		42 365,63		23 240,95	17 621,92		40 862,87
Equipamento de Transporte	415 479,98	83 096,04		155 246,63		90 020,67	170 212,78		260 233,45
<b>Total</b>	<b>498 708,48</b>	<b>103 903,20</b>	<b>0,00</b>	<b>197 612,26</b>	<b>0,00</b>	<b>113 261,62</b>	<b>187 834,70</b>	<b>0,00</b>	<b>301 096,32</b>

### Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 o detalhe desta rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31-12-2023	31-12-2022
<b>Empréstimos bancários</b>		
Passivo Corrente	289 084,19	239 155,79
Passivo não corrente	4 046 436,29	3 317 204,81
<b>Total</b>	<b>4 335 520,48</b>	<b>3 556 360,60</b>

### Nota 8 – Propriedades de investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no fim do período, em propriedades de investimento:



## Prestação de Contas Consolidadas 2023

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas Imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	24 537,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 537,87
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>24 537,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24 537,87</b>

### Nota 10 – Inventários

No período findo a 31 dezembro de 2023, o detalhe da rubrica de inventários consolidados é o seguinte:

#### 10.1 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	56 747,68	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	61 542,83	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>118 290,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada Inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9) = (1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/ gastos (3)	Variações nos inventários ou produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de Inventários (8)	
Mercadorias	64 916,42	5 930,31	8 692,61	0,00	0,00	0,00	142,00	2 265,31	64 277,43
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	60 066,15	382 544,57	311 068,19	0,00	0,00	0,00	62,30	627,13	132 107,36
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>124 982,57</b>	<b>388 474,88</b>	<b>319 760,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>204,30</b>	<b>2 892,44</b>	<b>196 384,79</b>

### Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Ativos Contingentes

Ativo contingente é um ativo possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão totalmente sob o controlo da entidade.

De acordo com a informação prestada pelos serviços jurídicos os ativos contingentes, existentes à data de 31 12 2023 são os seguintes:

**Processo Nº 181/22.2BECBR**

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

Autor Município de Penacova e a Ré APIN – Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., valor do processo 712.920,45€, aguarda marcação de audiência prévia.

### Processo N.º 2642/22.4T8CBR

Autor Município de Penacova e a ré EBA – Formação Profissional, Lda. valor do processo 83.710,04€, aguarda tentativa de conciliação.

### Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviços; ou
- Obrigações presentes, que não satisfaçam os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), que porque não é provável que exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

### Processo N.º 15/2021/INS-RAP/ASB

Município de Penacova na qualidade de Demandante e APIN – Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. na qualidade de Demandada.

Relativamente a este processo foi proferida a seguinte decisão:

*“Posto o que, o Tribunal decide:*

- A) Declarar a validade do Contrato de Gestão Delegada celebrado (em 2 de outubro de 2019) entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Pampilhosa da Serra, por um lado, e a “APIN – Empresa de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., por outro lado.*
- B) E, decidindo deste modo, o Tribunal considera que não há lugar à redução desse Contrato (art. 292.º do Código Civil), em consequência da nulidade (por contrariedade aos bons costumes) da sua Cláusula 28.ª, n.º 1, na parte em que subordina a produção de efeitos da sua denúncia ad nutum, por parte de um ou mais Municípios do Sistema, ao prévio pagamento da compensação que se apure ser devido à contraparte.*
- C) Nesse quadro, é a Demandada condenada*
  - a) a reconhecer que o Demandante saiu do Sistema, em 31 de dezembro de 2020, que foi a data tida em vista, para a avaliação do montante da compensação, a cargo do Demandante, no Estudo da “RPG, Regulation, Performance and Governance, Lda”, sendo que essa é a data que tem de ser considerada como a da produção dos efeitos da declaração de denúncia do Contrato de Gestão Delegada, pelo Demandante; e é também condenada*
  - b) a compensar o Demandante no montante que se apurar caber-lhe, correspondente ao valor da sua participação social no capital da Demandada, calculado nos termos do art. 1021.º do Código Civil, com referência a 31 de dezembro de 2020, que foi a data em que o Demandante deixou de ser acionista, exonerando-se.*

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

- D) E, nesse mesmo quadro, é o Demandante condenado a pagar à Demandada a importância que resultar da diferença entre
- o montante da compensação fixado no Estudo da "RPG, Regulation, Performance and Governance, Lda" (€6.843.340) e
  - o montante das receitas obtidas pela Demandada, desde 1 de janeiro de 2021 até à data do indispensável acerto de contas entre as Partes, provenientes dos municípios de Penacova, correspondentes à prestação dos serviços a que o Sistema respeita, deduzidos os custos associados à prestação desses serviços; ao montante assim apurado acrescerão estes outros:
  - o montante dos custos suportados pelo Demandante, desde 1 de janeiro de 2021 até à data antes referida, que possam ser imputados à manutenção do Demandante no Sistema;
  - o montante que caiba receber ao Demandante, correspondente ao valor da sua participação no capital da Demandada (cfr. Alínea C), sub b))."

Não existindo concordância entre a Demandante e a Demanda, relativamente aos valores a apurar previstos nas alíneas b) e c), não é possível fazer uma estimativa suficientemente fiável para se constituir uma provisão.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	
Impostos, contribuições e taxas									
Garantias a clientes									
Processos judiciais em curso	322 627,94	39 466,36			39 466,36		39 466,36		39 466,36
Acidentes de trabalho e doenças profissionais									
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Reestruturação e reorganização									
Outras provisões									
<b>Total</b>	<b>322 627,94</b>	<b>39 466,36</b>			<b>39 466,36</b>		<b>39 466,36</b>		<b>39 466,36</b>

### Nota 18 – instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada Final
		Compras	Ganhos de Justo valor	Outros	Perdas de Justo valor	Outros	
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo</b>							
Ativos financeiros detidos para negociação							
Participações financeiras	3 135 174,60					-2 256 608,13	878 566,47
Fundos de Compensação	2 650,77	339,30				-565,68	2 424,39
<b>Total</b>	<b>3 137 825,37</b>	<b>339,30</b>				<b>-2 257 173,81</b>	<b>880 990,86</b>

### Nota 23 – Outras divulgações

#### 23.1 – Estado e Outros Entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e comparativamente com o período homólogo, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2023		31-12-2022	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:	2 121,10		923,71	
Retenção de imposto sobre rendimentos		24 498,11		25 078,63
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)		3 019,68		21 561,75
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		98 323,18		92 296,66
Outros Impostos	83,72	0,00		91,42
<b>Total</b>	<b>2 204,82</b>	<b>125 840,97</b>	<b>923,71</b>	<b>139 028,46</b>

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

### 23.2 – Outras Contas a Receber e Pagar

A evolução da rubrica outras contas a receber e a pagar detalha-se da seguinte forma:

Outras Contas a receber e pagar	31-12-2023	31-12-2022
<b>Saldo a receber</b>	<b>2 204 065,06</b>	<b>1 740 190,87</b>
Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimo	2 204 065,06	1 740 190,87
<b>Saldo a pagar</b>	<b>1 278 241,78</b>	<b>1 341 277,22</b>
Adiantamento de clientes	0,00	0,00
Devedores e credores por acréscimo	887 696,26	865 852,20
Credores por Subscrição	0,00	0,00
Cauções	389 384,68	473 332,37
Outros devedores e credores	1 160,84	2 092,65

### 23.3 – Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos é detalhado conforme se segue:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Impostos Diretos	1 393 294,26	1 344 144,30
Impostos Indiretos	183 127,60	251 406,91
Taxas, multas e outras penalidades	151 338,35	120 878,04
Produtos acabados e intermédios	8 847,53	4 128,25
Prestações de serviços e concessões	387 502,85	354 474,74
Transferências correntes obtidas	8 944 101,64	8 504 047,23
Reversões	901,00	108 449,50
Outros Rendimentos	1 868 025,53	1 763 537,22
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	4 284,79	8 750,75
Imparidades Investimentos Não depreciáveis	16,21	0,00
Trabalhos para a própria entidade	12 757,89	45 023,26
Rendimentos Imputados de entidades controladas, associadas...	21 407,55	9 661,70
<b>Total</b>	<b>12 975 605,20</b>	<b>12 514 501,90</b>

### 23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimento e serviços externos (FSE) a 31 de dezembro de 2023 e no período homólogo é detalhada conforme se segue:

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Serviços de Saúde	5 202,50	10 789,10
Serviços de Transporte	857 860,50	509 469,54
Cantinas escolres - refeições confeccionadas	478 202,56	340 991,51
Água - Abastecimento público	0,00	0,00
Serviços de recolha e tratamento de RSU	977,93	1 462,29
Outros subcontratos ou concessões	196 723,00	334 997,15
Trabalhos especializados	353 702,15	346 464,75
Publicidade, comunicação e imagem	60 171,69	52 530,92
Vigilância e segurança	9 942,22	16 490,07
Honorários	242 020,30	224 560,76
Comissões	42 494,04	42 122,44
Conservação e Reparação	209 658,10	235 750,67
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 828,65	32 342,53
Livros documentação técnica	0,00	179,84
Material de escritório	8 051,09	9 292,33
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	32 552,38	47 163,72
Material de educação, cultura e recreio	5 895,80	4 447,99
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	13 393,42	25 245,52
Medicamentos e artigos para saúde	3 472,87	3 974,90
Outros materiais diversos de consumo	72 672,59	31 896,86
Eletricidade	272 790,29	427 593,45
Combustíveis e lubrificantes	174 973,40	146 260,34
Água	44 870,48	82 828,38
Outros	1 268,08	903,83
Deslocações e estadas	9 788,65	4 213,24
Transportes de Pessoal	348,09	1 098,96
Outros	13 484,33	14 171,49
Rendas e alugueres	180 144,20	173 381,84
Comunicações	50 708,43	50 407,99
Seguros	36 839,40	37 946,23
Contencioso e Notariado	430,00	661,65
Despesas de representação dos serviços	805,23	695,23
Limpeza higiene e conforto	24 798,92	14 255,53
Outros Serviços	377 380,64	651 199,15
<b>Total</b>	<b>3 805 451,93</b>	<b>3 875 790,20</b>

## Prestação de Contas Consolidadas 2023

### 23.5 – Gastos com Pessoal

Gastos com o pessoal	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	197 037,95	191 040,15
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	4 119 606,99	3 763 867,79
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	936 620,09	882 619,30
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	39 362,85	36 606,62
Outros gastos com o pessoal	139 246,09	121 995,44
Outros encargos sociais	11 980,11	9 301,62
<b>Total</b>	<b>5 443 854,08</b>	<b>5 005 430,92</b>

### 23.6 – Transferências e subsídios concedidos

Descrição	30-12-2023	30-12-2022
Transferências correntes concedidas	1 221 946,99	1 119 935,14
Subsídios correntes concedidos	215 211,11	205 508,92
Transferências de capital concedidas	669 626,58	680 961,41
Transferência para cobertura de prejuízos	300 589,67	354 656,30
<b>Total</b>	<b>2 407 374,35</b>	<b>2 361 061,77</b>

### 23.7 – Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

Nada a referir

### 23.8 – Acontecimentos após a data de relato

Nada a referir

#### Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



**MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS**

**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A**

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S.R.O.C. n.º 176 \* CMVM n.º 20161478

**Exmo. Senhor Presidente da  
CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA  
Largo Alberto Leitão, 5  
3360-341 Penacova**

**Exmos Senhores,**

1. O presente relatório é emitido com base na Circular n.º 61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, da OROC.
2. Procedemos à revisão legal das contas consolidadas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas consolidadas com data de 24 de junho de 2024.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
  - 3.1. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo.
  - 3.2. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
  - 3.3. Verificação das operações de consolidação, nomeadamente a adoção do método de consolidação de equivalência patrimonial, a eliminação dos valores das participações financeiras pela correspondente fração nos capitais próprios da empresa participada, a evidenciação das respetivas diferenças de consolidação e os critérios de homogeneização da informação.
  - 3.4. Solicitação da Declaração do Órgão Executivo.
4. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação legal das contas consolidadas.

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821 777 \* Fax: 239 841027  
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede  
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar  
6300 – 668 GUARDA  
Tel: 271 227 303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra  
3510 – 084 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435279  
Email: joaquinhas.roc@mail.telepac.pt




**MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS**

**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A**

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S.R.O.C n.º 176 \* CMVM n.º 20161478

5. Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Órgão Executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
6. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Coimbra, 24 de junho de 2024

  
José Joaquim Marques de Almeida  
(ROC n.º 571 inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)  
Em representação de:  
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

**Delegação Coimbra**  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mcd – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 621 777 \* Fax 239 841027  
Email: geral@marquesdealmeida.pt

**Sede**  
Rua Batalha Reis N.º 81 – 2.º Andar  
6300 – 668 GUARDA  
Tel 271 227 303 \* Fax 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

**Delegação Viseu**  
Rua Arrabalde, Lote 1 R/C, Letra  
3510 – 084 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435279  
Email: [marques.roc@mail.telepac.pt](mailto:marques.roc@mail.telepac.pt)





## **MUNICÍPIO DE PENACOVA**

### **Contas Consolidadas**

**31 de dezembro de 2023**

**Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria de 24 de junho de 2024**

Como Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria é emitido este documento. São aqui enunciadas algumas situações que podem ser melhoradas para efeitos de um maior rigor contabilístico, de um melhor controlo interno ou de uma melhor produção de informação para a gestão. De ressaltar que as situações aqui descritas são as que foram detetadas no decurso da auditoria a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2023.

### **I - PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO**

1. O processo de consolidação tem como entidade consolidante o Município de Penacova, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas nas Normas de Contabilidade Pública 22 e 24 do SNC-AP, bem como com base nas notas explicativas da conta 41 da Portaria n.º 189/2021, de 14 de julho.

Conforme referido no relatório de gestão consolidado, para o Município de Penacova, as entidades incluídas no perímetro de consolidação são a Municipia – Sistemas de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. em relação à qual foi aplicado o método de equivalência patrimonial, e a PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. cujo método aplicado foi o Método de Consolidação Integral.

Relativamente à empresa integrada no perímetro de consolidação e no caso sujeita a revisão legal de contas, mas cujo exame foi efetuado por outro auditor, baseámos a nossa opinião na respetiva Certificação Legal das Contas, emitida por aquele órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

Para o efeito foi-nos disponibilizada a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único da empresa da MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A com data de 12/03/2024, que foi emitida com uma opinião sem reservas e sem ênfases, e PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. com data de 22/04/2024, que foi emitida com uma opinião sem reservas e sem ênfases.





MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S R.O.C. nº 176 \* CMVM nº 20161478



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Penacova** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 51.327.568,93 euros e um total de fundos próprios de 43.487.524,85 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.574.966,09 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Penacova** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

Conforme divulgado na nota 4 do anexo não foram reconhecidos os ativos proporcionados pelo concessionário EDP ou melhorias nas infraestruturas do Município, e quanto a estas não foram reclassificadas como ativos de concessão de serviços. Assim, não estamos em condições de formar opinião sobre o impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Ativos Fixos Tangíveis e Diferimentos do Passivo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfases

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imoveis que integram o Ativo Fixo Tangível e cujo valor líquido é de 4.158.699,49 euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e



mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras, mas constitui uma limitação ao nosso trabalho e consequentemente à emissão da nossa opinião.

A generalidade dos edifícios, propriedades do Município de Penacova, não se encontram abrangidos por qualquer tipo de seguro. Pelo que somos da opinião que o Município de Penacova deverá rever a sua política relativamente à cobertura de seguros do seu imobilizado.

A nota 5 do anexo faz referência aos bens do imobilizado que não foi possível valorizar aquando da inventariação inicial por se tratar de bens com elevada antiguidade e não se conseguir apurar qual o seu valor de aquisição.

Conforme mencionado na nota 15 do anexo, o processo iniciado pelo Município de Penacova que decorria em tribunal Arbitral, foi objeto de Sentença Arbitral proferida em 23 de novembro de 2023, nos termos da qual foi decidido declarar a validade do Contrato de Gestão Delegada e reconhecido que o Município de Penacova saiu do sistema a 31 de dezembro de 2020. A sentença transitou em julgado em janeiro de 2024, encontrando-se as partes a efetuar o apuramento do valor final da compensação.

A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2023 foi respetivamente de 83,33% e de 90,54%. No exercício de 2022 as taxas de execução global da despesa e da receita foram de 86,19% e de 87,44%, respetivamente.

O limite da dívida é de 16.061 milhares euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 4.845 milhares euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2023 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,45 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

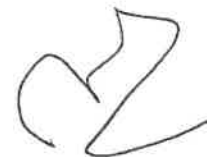
### **Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras**

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um



relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



**MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S R O C n.º 176 \* CMVM n.º 20161478

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Penacova que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

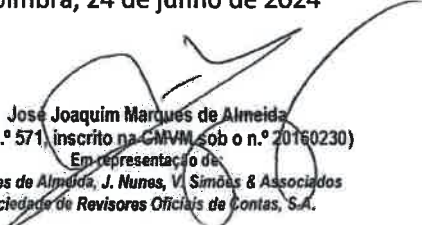
O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Município de Penacova. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **Sobre o relatório consolidado de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na seção Bases para opinião com reservas do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e exceto quanto ao seguinte: as informações constantes do parágrafo 37 da NCP 27 não foram divulgadas na sua plenitude, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 24 de junho de 2024

  
José Joaquim Marques de Almeida  
(ROC n.º 571 inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)  
Em representação de  
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



**MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS**

**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A**

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176\* CMVM n.º 20161478

## **RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS**

**Aos Senhores Membros da  
Assembleia Municipal do Município de Penacova**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Penacova, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como da principal entidade englobada na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

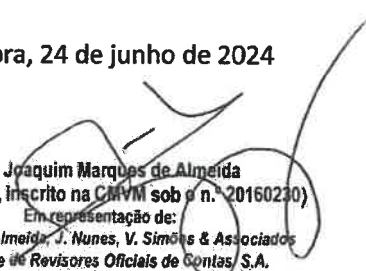
No âmbito das nossas funções, examinámos em 31 de dezembro de 2023, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas ao balanço consolidado. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão Consolidado do exercício findo em 2023 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma reserva e seis ênfases.

Face ao exposto, somos da opinião que apesar do descrito na seção das ênfases da Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão Consolidado estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião da Assembleia Municipal.

Com base na Circular n.º 61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, emitida pela OROC, foi emitido o respetivo relatório e anexo ao mesmo, que são considerados complementos deste Relatório e Parecer.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Coimbra, 24 de junho de 2024

  
**José Joaquim Marques de Almeida**  
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)  
Em representação de:  
**Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**

**Delegação Coimbra**  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821 777 \* Fax: 239 841027  
Email: geral@marquesdealmeida.pt

**Sede**  
Rua Batalha Reis N.º 81 – 2.º Andar  
6300 – 668 GUARDA  
Tel: 271 227 303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

**Delegação Viseu**  
Rua Arrabalde, Lote 1 R/C, Leira  
3510 – 084 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435279  
Email: jpb@nunes,roc@mail.telepac.pt

